

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NO TEATRO DE GRUPO

Identity construction in the theater group

Juliano Casimiro de Camargo Sampaio
Universidade Federal do Tocantins - UFT

93

Resumo: A partir da obra de Norbert Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, o presente artigo reflete a respeito da interdependência entre a constituição da identidade de coletivos teatrais e a regulação das identidades dos indivíduos que os integram.

Palavras-Chave: Teatro; Identidade; Sociedade.

Abstract: Based on Norbert Elias' book, *The Society of Individuals*, this paper reflects upon the interdependence between the formation of the theatrical collective's identity and the regulation of identity of the individuals who compose them.

Keywords: Theater; Identity; Society.

A ampliação do número de cursos superiores oferecidos na área de formação em artes cênicas (licenciaturas e bacharelados) no Brasil vem colaborando para a constituição de grupos mais ou menos permanentes voltados para a pesquisa e produção de espetáculos, admitindo-se a frequência com que formandos de tais cursos se unem para efetivar propostas de criação de coletivos teatrais.

Desde essa constatação, neste artigo discutimos alguns aspectos relativos à formação da identidade de coletivos, tomados como micro-sociedades compostas por diferentes

indivíduos que guardam entre si certas expectativas comuns. Indivíduos esses que ao atuarem na formação e manutenção de tais coletivos, acabam por reorganizar, em alguns casos, os contornos da sua própria identidade.

A identidade abordada neste artigo, entretanto, está menos pautada naquilo que se mantém como substância inalterada e mais em uma continuidade rememorada de transformações que permitem a passagem de um estado a outro, de um contexto a outro, de um estágio ao seguinte; ou seja, como um *continuum* evolutivo irreptível (ELIAS, 1998).

Para tanto, embasaremos nossa reflexão na obra *A Sociedade dos Indivíduos*, de Norbert Elias (1994a), utilizando, sempre que necessário, deidas a outras obras do sociólogo, visando compreender possíveis analogias entre os processos de constituição e manutenção de grandes sociedades, tomadas a partir de agora nesse texto como macro-sociedades, com fins da facilitação da leitura, e a formação de coletivos teatrais, aqui considerados como micro-sociedades (reunião grupal com certa estabilidade e duração com finalidades e funções específicas).

Entretanto, deve-se logo de início compreender que um amontoado de pessoas, a partir do referencial teórico utilizado na elaboração deste texto, não garante a existência de uma sociedade, quer em sua perspectiva micro, como uma unidade social, quer em sua dimensão macro. Um conjunto de fatores valida a possibilidade de consideração de um coletivo de pessoas como sociedade: compartilhamento de interesses e expectativas, padrões mais ou menos estáveis de comportamento, funções específicas de ação em relação

ao todo, determinadas organizações internas ao grupo, ao coletivo, que possibilitam uma gama de ações e restringem outras. Ou seja, a sociedade não está aqui tomada, a partir de Elias (1993; 1994a; 1994b), como acúmulo de pessoas e atividades, bem como não se estrutura de modo independente aos dos indivíduos que a compõem.

Desde essa perspectiva, os coletivos teatrais como unidades sociais (micro-sociedades) não estão alheios às dinâmicas de estruturação das sociedades e, portanto, funções sociais, relação eu-outro-sociedade/mundo, expectativas e metas (realização e frustração), negociações afetivo-cognitivas a respeito das experiências, entre outros fatores, compõem a sua dinâmica de criação e manutenção no tempo, em um duplo sentido: da micro-sociedade (coletivos teatrais) em relação a si mesma e a seus processos, e dessa para com a macro-sociedade – que a contém e que é também, em certa medida, formada e regulada por aquela.

Neste sentido, este texto pressupõe, a partir de Elias, que os trabalhos de pesquisa sobre a constituição identitária de artistas da

cena devem considerar que “a psicogênese do que constitui o adulto na sociedade civilizada [ou nas micro-sociedades, caso dos coletivos teatrais] não pode (...) ser compreendida se estudada independentemente da sociogênese de nossa civilização” (ELIAS, 1994b, p. 15), enquanto macro-sociedade, mas também no que se refere ao percurso histórico daquele coletivo teatral específico, já que esta relação entre indivíduo e sociedade não se dá frente a estruturas fixas, mas sim no tocante a aspectos mutáveis e interdependentes de um mesmo desenvolvimento de longo prazo.

Aspectos das relações eu-sociedade no que tange à manutenção de coletivos teatrais

As sociedades possuem implícita à sua existência uma ordem invisível de organização que limita e/ou restringe determinadas ações de certos indivíduos em relação aos outros, ao mesmo tempo em que possibilita outras intervenções e iniciativas. Neste sentido, as micro-sociedades, tal qual a sociedade como um todo, são produzidas por e produtoras de um campo de tensão inevitável entre as necessidades e inclinações pessoais e exigências da

vida em grupo. Essa tensão configura-se, segundo Elias (1994a), no âmbito de um intenso conflito, quase intransponível para as pessoas envolvidas, ainda que seja de crucial importância para sua sobrevivência desenvolver individualmente caminhos de regulação das discrepâncias entre o mundo-pessoal e o mundo-coletivo.

95

Os seres humanos são feitos de tal modo que suas chances de sobrevivência, tanto no plano individual quanto em termos coletivos, são muito pequenas, caso não desenvolvam desde a infância seu potencial natural de autodisciplina frente à irrupção momentânea de suas pulsões e impulsos afetivos, e isso no âmbito de uma comunidade humana, segundo normas precisas de regulação das condutas e dos sentimentos. (ELIAS, 1998, p. 23)¹

Aos poucos, essa ordem invisível, ao mesmo tempo restritiva e potencializadora de ações individuais, vai exigindo dos indivíduos processos de autorregulação dos seus modos de ação e comportamento em sociedade. Essa autorregulação, é claro, está absolutamente calcada no contexto social a que está atrelada. Entretanto, na medida em que os indivíduos regulam seus comportamentos no grupo, o próprio *habitus* social do grupo vai se alterando, e, assim, também o todo da

¹ Para uma discussão mais aprofundada desse aspecto, ver Elias (1993; 1994b).

ordem social que delimita o campo possível de ação simbólica. E, segundo Simão (2010):

(...) ao agir, o indivíduo experimenta subjetivamente o mundo, dando-lhe significado. Seu ambiente é, assim, o ambiente por ele percebido, pensado e sentido, isto é, em uma construção pessoal que, ao mesmo tempo em que ocorre no nível individual, vai sendo compartilhada e negociada com outros indivíduos, também construtores. (p. 131)²

Ou seja, desde a formação dos coletivos teatrais, esses, por um lado, exigem dos seus componentes (indivíduos) um constante processo de adaptação de seus modos de ação, comportamento, desejos e expectativas. Mas, por outro lado, não permanecem estanques enquanto organização (micro)social.

As micro-sociedades como parte das e em analogia com sociedades complexas, portanto, guardam em si constantes possibilidades (mas não infinitas) de abertura para intervenções individuais ou de pequenos grupos que reorganizem suas dinâmicas de funcionamento. Os coletivos teatrais

são, assim, estruturas que se apresentam organizadas segundo padrões mais ou menos estáveis, que oferecem certa elasticidade para a ação dos seus componentes, desde que essas não ofereçam riscos reais de aniquilamento do todo.

Mas ainda que, nesse caso como em todos os demais, a margem de decisão individual emerge dentro da rede social, não existe uma fórmula geral indicando a grandeza exata dessa margem individual em todas as fases da história e em todos os tipos de sociedades. Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. De nenhum tipo de sociedade essa margem estará completamente ausente. Até a função social do escravo deixa algum espaço, por estreito que seja, para decisões individuais. (ELIAS, 1994a, p. 49)

Mas se os indivíduos dos coletivos teatrais, bem como os das unidades sociais como um todo, estão constantemente se desenvolvendo sobre as tensões de adaptação exigidas pelas (micro)sociedades, qual a dimensão possível para sua individualidade?

O que a sociedade estabelece para o indivíduo são diferentes possibilidades de ação simbólica que o obrigam a se colocar ativamente nas

² Para uma discussão mais aprofundada desse aspecto, ver Boesch (1991).

decisões a serem tomadas. As tensões estabelecidas na relação eu-sociedade no percurso de manutenção de ambos como “unidades” interdependentes, evitando-se, assim, a ideia de fusão entre indivíduo e sociedade, exigem tomadas de decisão frente ao campo possível de ação (simbólica), incluindo-se, no caso dos coletivos teatrais, a possibilidade de rompimento com a estrutura micro-social. Ao decidir e agir, reiteramos, o indivíduo também reorganiza os contornos sociais, e, nesse sentido, estabelece novas possibilidades para si mesmo. “Dito em poucas palavras, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz.” (ELIAS, 1994a, p. 52). Ou seja:

O que chamamos “individualidade” de uma pessoa é, antes de mais nada, uma peculiaridade de suas funções psíquicas, uma qualidade estrutural de sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas. “Individualidade” é uma expressão que se refere à maneira e à medida especiais em que a qualidade estrutural do controle psíquico de uma pessoa difere da outra. Mas essa diferença específica das estruturas psíquicas das pessoas não seria possível se sua auto-regulação em relação a outras pessoas e coisas fosse determinada por estruturas herdadas, da mesma forma e na mesma medida em que o é a auto-regulação do organismo humano, por exemplo, na reprodução de órgãos e membros. (ELIAS, 1994a, p. 54)

Nesse sentido, ainda que os indivíduos que compõem uma

sociedade, no nosso caso, um coletivo teatral, só possam ser verdadeiramente entendidos em termos de sua vida em comum com os outros, há de haver sempre um espaço de tomada de decisão que pertence apenas àquele indivíduo, dentro de suas possibilidades, em consonância com significações de experiências anteriores e de acordo com seus desejos e expectativas, garantindo a ele uma individualização mínima frente ao grupo.

Todo homem, numa certa medida, governa-se a si mesmo. Todo homem, até certo ponto, está sujeito às coerções geradas pelo convívio com seus semelhantes, pela estrutura e evolução da sua sociedade e, finalmente, por necessidades naturais, ao mesmo tempo individuais e comuns, como a necessidade de comer e beber, ou que provêm da natureza externa, como as ligadas ao frio e ao calor. A margem de decisão dos homens, sua liberdade, repousa no final das contas em sua possibilidade de controlar, de diversas maneiras, o equilíbrio mais ou menos flexível e, aliás, em perpétua evolução entre as diferentes instâncias de onde provêm as restrições. (ELIAS, 1998, p. 29)

Desde essa perspectiva, essas tomadas de decisão individuais dentro das micro-sociedades estão diretamente implicadas pelo repertório e significação dos modos de ação que os indivíduos desenvolvem ao longo de sua existência nas sociedades complexas – macro-sociedades. Os

coletivos teatrais, com suas metas e escolhas estéticas, configuram-se dessa ou daquela maneira na medida em que reúnem grupos de pessoas que compartilham determinados aspectos afetivo-cognitivos sobre a interação eu-outro-sociedade, o que permite a construção de um espaço sociocultural minimamente estável para a manutenção do grupo. O compartilhamento que realizam, quando das vivências com fins no trabalho artístico, por sua vez, estimula novos contornos para as interações que os indivíduos desenvolvem fora do ambiente da micro-sociedade. Assim, as ações simbólicas que o indivíduo realiza nos ambientes micro e macro-sociais são cíclica e mutuamente afetadas, atribuindo-lhes, inclusive, parte do significado que possuem para o próprio indivíduo e para os grupos em que o indivíduo transita e a que pertence.

Compreende-se, desde então, em resumo, dois aspectos fundamentais para a manutenção das iniciativas grupais: regulações do “si mesmo” frente à tomada de consciência de mudanças na forma como o grupo se articula e se manifesta enquanto tal e

reorganização das dinâmicas de existência do grupo, na medida em que se alteram as autoimagens dos indivíduos que o compõem.

Balança eu-nós e funções sociais – aspectos das dinâmicas simbólicas de existência dos coletivos teatrais

O Renascimento marca, indubitavelmente, o início do processo de formação da (auto)imagem do homem como a concebemos hoje, tomando-a como um dado.

Talvez seja mais fácil ver em retrospectiva o quanto essa transição de um modo de pensar predominantemente autoritário para um modo de pensar mais autônomo, ao menos, no tocante aos eventos naturais, esteve intimamente ligada ao avanço mais generalizado da individualização nos Séc. XV, XVI e XVII na Europa. Ela estabeleceu um paralelo com a transição de uma consciência mais autônoma e “individual”. Em retrospectiva, podemos ver com maior clareza quão estreitamente essa nova forma de autoconsciência esteve ligada à comercialização crescente e à formação dos Estados, à ascensão de ricas classes aristocráticas e urbanas e, não menos importante, ao poder visivelmente crescente dos seres humanos sobre os fenômenos naturais não-humanos. (ELIAS, 1994a, p. 85)

Nesse sentido, e frente ao que vimos apresentando, as iniciativas dentro de certas coletividades deixam de tentar satisfazer, prioritariamente, a partir do Renascimento, e cada vez mais, respeitando-se idas e vindas do percurso histórico, com seus diferentes contextos socioculturais, aos interesses de uma sociedade quase inflexível, e constroem percursos de flexibilização dos contornos sociais para as ações (intervenções) individuais.

Ainda que a balança eu-nós, como dissemos, esteja atualmente inclinada à posição do eu, para que haja efetivamente a noção de Eu, deve existir, necessariamente, a ideia de Outro. Portanto, sempre será imprescindível para o Eu a existência de um Nós. Ainda, micro-sociedades ou pequenos grupos em que os indivíduos apresentam entre si alto grau de interdependência e pouca capacidade de distinção (dos indivíduos) uns em relação aos outros, como organizações estruturais mais rudimentares, ainda tendem para uma identidade-nós. Nessas sociedades mais primitivas, o controle do comportamento individual se organiza pela incapacidade, falta de oportunidade e ausência de necessidade de se ficar só (Cf. ELIAS, 1994a, pp. 105-110).

Temos que considerar, ainda, no caso dos coletivos teatrais, que cada componente (indivíduo) individualiza em menor ou maior grau o *habitus* social pelo qual a coletividade existe e se mantém. Nesse sentido, cada ator de um coletivo teatral terá a sua identidade, inclusive artística, construída de maneira prospectiva. Tanto a identidade-eu como a identidade-nós está no cerne do que se pode ter como resposta à questão: Quem sou eu individual e socialmente?

A micro-sociedade, o coletivo teatral duradouro, não se reorganiza a si mesma enquanto identidade, ela depende das regulações de todos os membros que a compõem para se manter minimamente estável, mas em constante transformação. Ou seja, a balança, que pende ao eu, não deve nos dar a noção enganosa de uma existência *per se* da micro-sociedade. Os membros de um coletivo teatral, ao serem responsáveis pela manutenção de si, tornam-se responsáveis pela manutenção igualmente necessária do todo.

Nesse caso, não mais fecho os olhos para o fato, bastante conhecido fora do campo da ciência, de que cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com os outros membros de sua sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como

que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. (ELIAS, 1994a, p. 150)

Entretanto, os componentes de uma micro-sociedade, bem como os das sociedades complexas, não compartilham simetricamente as experiências. Cada um ocupa um lugar junto às funções sociais que organizam a ordem invisível que permite o funcionamento das coletividades.

No fazer teatral, mesmo quando consideramos as ditas “criações coletivas”, seus membros criadores estabelecem entre si diferentes redes de relações e de significação dessas a partir de laços afetivos, experiências anteriores, conhecimentos a respeito de algo importante para o processo, manejo com dinâmicas sociais, habilidade comunicativa, entre tantos outros fatores, que, por si só, impedem qualquer possibilidade de simetria plena entre todos os componentes de um coletivo teatral. Ainda, além da não-

simetria nos compartilhamentos, a maior flexibilidade existente nas dinâmicas de organização social desde o Renascimento possibilita e favorece mudanças nas posições ocupadas por cada indivíduo durante o existir das interações. “E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos ‘sociedade’.” (ELIAS, 1994a, p. 23).

Ainda que uma mesma função possa ser conferida para duas diferentes pessoas dentro do grupo, ela nunca será idêntica, visto a validação das funções no grupo se vincular ao percurso individual e intransferível que cada um desenvolve ao longo da vida. É na relação com os outros que os indivíduos validam as suas funções sociais e a dos outros com quem compartilham algum *habitus* social. Devemos considerar, entretanto, que quanto mais simples forem as organizações micro-sociais mais tendem a ser constantes as funções desempenhadas por cada indivíduo e validadas pela coletividade.

Assim, é na interação que o indivíduo constitui a sua identidade (identidade-eu). Portanto, micro-

sociedades como os coletivos teatrais são corresponsáveis pela estruturação de um eu-relacional dos membros participantes. Na medida em que as negociações interativas acontecem e obrigam o eu-relacional a experimentar diferentes funções sociais e, quando necessário, a se (auto)regular no que se refere aos seus desejos, expectativas e modos de ação, a depender da profundidade das transformações, a própria identidade individual deverá se reorganizar, o que, é claro, dinamiza novos contornos da identidade-nós, do grupo em si mesmo.

É assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar. A pessoa individual não é um começo e suas relações com outras pessoas não têm origens primevas. Assim como, numa conversa contínua, as perguntas de um evocam as respostas do outro e vice-versa, e assim como determinada parte da conversa não provém apenas de um ou do outro, mas da relação entre os dois, a partir da qual deve ser entendida, também cada gesto e cada ato do bebê não são produtos de seu “interior” nem de seu “ambiente”, nem tampouco de uma interação entre um “dentro” e um “fora” originalmente distintos, mas constituem uma função e um precipitado de relações, só podendo ser entendidas – como a imagem do fio numa trama – a partir da totalidade da rede. (ELIAS, 1994a, p. 35)

Portanto, as micro-sociedades – enquanto pertencentes e constituintes de estruturas mais complexas (macro-

sociedades) – ainda que pareçam simplesmente frutos de desejos e expectativas de pequenos grupos, vivendo sua estrutura isoladamente, refletem, mesmo que de modo não explícito, a rede de funções sociais da sociedade como um todo (macro-sociedade) e as experiências que seus indivíduos formadores vivenciam em uma e em outra, de modo contínuo e interdependente.

O que queremos dizer é que a identidade-nós que pode ser observada nos coletivos teatrais, a partir do *habitus* social compartilhado e reconhecível, em parte, nas iniciativas do grupo, não se constitui de modo autônomo e desvinculado das identidades-eu que seus componentes constroem na esfera da vida cotidiana em sociedade (macro-sociedade). A identidade-nós é, em certa medida, reflexo de intensas negociações intersubjetivas que as identidades-eu, os indivíduos, realizam entre si para compor e validar um conjunto de funções sociais que estruturam o grupo enquanto micro-sociedade. Evidentemente, como dissemos, essa ação é reflexiva e implica na regulação das identidades-eu, de forma mais ou menos intensa, tornando todo o processo de regulação

bidirecional e constante.

Os indivíduos, nesse sentido, deparam-se com a necessidade de significação afetivo-cognitiva das próprias interações, para além dos conhecimentos que elas constroem, veiculam e reorganizam, mas também quanto à estrutura do acontecimento, conforme apontado em Sampaio (2011). O tempo todo, os indivíduos dos coletivos teatrais lidam com conhecimentos tácitos e acordos iniciais que são sempre circunstanciais e que, portanto, compõem uma zona segura de compartilhamento, a partir da qual as interações e regulações de si, da estrutura do acontecimento e da identidade-nós podem se efetivar (Cf. ROMMETVEIT, 1979).

Essa mútua afetação/constituição das identidades-eu e identidade-nós se dá frente às restrições que os indivíduos apresentam uns para os outros e que a ordem invisível de funcionamento das sociedades impõe para cada indivíduo no que se refere ao seu campo possível de ação simbólica e de intervenção, pautado, em grande medida, na estrutura tácita do acontecimento interativo.

Há sempre, ainda que em pequenos grupos, interdependência e tensão no existir do indivíduo e da sociedade, já que na mesma medida em que o outro é quem valida as ações e discursos do eu, é também ele quem oferece resistência e limite para determinadas investidas do mesmo eu. Estar em grupo, em compartilhamento, portanto, significa encontrar diferentes estratégias de cumprimento das expectativas do eu, sem deixar de se considerar e atentar às demandas provenientes da manutenção das micro-sociedades. Nestes termos,

A imagem do homem como “personalidade fechada” é substituída aqui pela de “personalidade aberta”, que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e dependentes delas. (ELIAS, 1994b, p. 249)

A identidade-nós dos coletivos teatrais é, portanto, constituída de redes de funções sociais que as identidades-eu são capazes de exercer e validar umas para as outras, em relação aos seus próprios desejos e às exigências externas provenientes das demandas da macro-sociedade em que os coletivos

estão inseridos, bem como de outras micro-sociedades.

Ousamos afirmar que qualquer criação artística que venha a ser realizada por determinado grupo teatral revela grande parte dessa estrutura relacional que sustenta a existência da identidade-nós. Escolhas temáticas, estéticas, funções específicas, tais como direção, atuação, entre outras, resultam do *habitus* social compartilhado no grupo e vão, na medida em que se tem as tomadas de decisão, validando-o e/ou alterando-o dentro do possível, sem, com isso, criar outra identidade-nós. O que sugerimos é que a identidade-nós permanecerá a mesma reorganizada, com momentos de maior constância, intercalados por outros de transformações mais profundas, ao longo de sua existência.

Considerações Finais

Os processos de constituição das identidades dos grupos teatrais, como vimos expondo, são, também, parte dos processos de constituição das identidades de seus indivíduos criadores e responsáveis por sua manutenção.

Análogo ao que se dá na vida ordinária, a existência dos grupos teatrais exige dos seus indivíduos

diferenciação de cada um entre si e da identidade que compõe o coletivo, bem como manutenção e regulação das estruturas individuais e coletivas de existência.

Cabe acrescentar, que, no caso dos coletivos teatrais, por se tratar de micro-sociedades, nos termos aqui apresentados, em que os indivíduos não vivem ininterruptamente junto a elas, a possibilidade de momentos de isolamento em relação aos outros membros da micro-sociedade é quase uma prerrogativa.

Essa dinâmica de existência impede de aproximarmos essas micro-sociedades das comunidades mais primitivas, o que implicaria no fato de que

Os indivíduos mal sentem alguma oportunidade, desejo ou possibilidade de tomar decisões por si ou de conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo. Isso não significa que os membros desses grupos convivam harmoniosamente. É comum o inverso. Significa apenas que – para usar o termo que convencionamos – eles pensam e agem prioritariamente do ponto de vista do “nós”. A composição do indivíduo adapta-se ao constante convívio com os outros a quem o comportamento tem que ser ajustado. (ELIAS, 1994a, p. 108)

Dado que os indivíduos não se veem obrigados a permanecer constantemente no seio dessas micro-

sociedades e ainda assim permanecem, podemos supor que possivelmente seja pelo fato de que as relações que ali se estabelecem satisfazem ou criam a ilusão de satisfação, em alguns casos, de determinados desejos individuais; isso movimenta as ações simbólicas e intervenções desses indivíduos em direções específicas, com fins do cumprimento de exigências micro-sociais implícitas ao coletivo. Neste contexto, a autoimagem que se constrói a respeito de si mesmo em relação ao coletivo, e antes, em relação ao todo da vida una, é parte integrante do universo sócio-simbólico, do qual faz parte para o artista participante o grupo teatral, e se modifica junto com ele (ELIAS, 1998).

Ainda que este artigo tenha abordado a relação entre coletividade e individualidade tomando como referência o processo civilizador, reconhecemos que esta díade não se esgota nesta perspectiva. Ao contrário, evidenciamos ao longo do texto, pela reflexão apresentada, a necessidade de não a compreender como uma dinâmica de causa e efeito, mas sim enquanto relacional e bidirecional. Entretanto, por

questões de foco e espaço sentimos a necessidade de realizar o recorte apresentado e, com isso, quem sabe, incentivar futuras pesquisas nesta direção.

Artigo recebido em: 18/09/2013

Aprovado em: 07/10/2013

Referências bibliográficas

BOESCH, Ernest. *Symbolic Action Theory and Cultural Psychology*. Berlin: Springer –Verlag, 1991.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Org.: Michael Schröter. Trad.: Vera Ribeiro. Revisão Técnica e notas: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 1: Uma história dos costumes. Trad.: Ruy Jungmann. Revisão: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e civilização. Trad.: Ruy Jungmann. Revisão: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Org.: Michael Schröter. Trad.: Vera Ribeiro. Revisão Técnica: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ROMMETVEIT, Ragnar. On the Architecture of Intersubjectivity. In: ROMMETVEIT, R.; BLAKAR, R. M. (orgs). *Studies of language, thought and verbal communication*, pp. 93-107. London: Academic Press, 1979.

SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo. *Dramaturgias Consensuais – A interação verbal no ato criativo*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SIMÃO, Livia Mathias. *Ensaio Dialógicos: compartilhamento e diferença nas relações eu-outro*. São Paulo: Hucitec, 2010.